

30° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24 A 28 DE OUTUBRO DE 2006

ST05 - Juventude: sexualidade, gênero e reprodução

A IDADE DO OLHAR

**implicações da condição etária
do/a pesquisador/a de juventudes**

Elaine Müller

Antropóloga

PPGA/UFPE - IPHAN

A IDADE DO OLHAR

implicações da condição etária do/a pesquisador/a de juventudes

Elaine Müller¹

Resumo

“ Aproximações e distanciamentos do/a pesquisador/a em relação ao seu objeto são exercícios próprios dos cientistas sociais. A reflexão sobre o “lugar” de onde fala este/a pesquisador/a também deveria ser. Um/a jovem estudando jovens pode ter perspectivas bastante diferentes das de um/a adulto/a ou idoso/a, por ocuparem lugares diferentes no mundo social. Assumindo que as idades da vida são relacionais (assim como gênero), o artigo procura refletir sobre as implicações da condição etária do/a pesquisador/a nos estudos sobre as idades da vida. Para isto, buscou-se a leitura de passagens em que autores/as de estudos sobre jovens falam de como as relações com os/as interlocutores/as foram mediadas pela diferença ou proximidade de idade; de textos em que esta questão não foi trabalhada pelos/as autores/as, não deixando, no entanto, de existir e de implicarem no rumo tomado pelo estudo; e, principalmente, a reflexão sobre a experiência da autora em estudos com idade e fases do curso de vida. ”

Introdução

Em 1999, eu tinha vinte anos de idade e estava fazendo o Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais, na UFSC. Minha pesquisa tratava da sociabilidade juvenil na praça de alimentação do principal shopping center de Florianópolis.

Ainda posso lembrar das primeiras anotações no caderno de campo: *“estou aqui sentada na praça de alimentação e percebendo como eu me pareço com outros jovens: a idade, as roupas, a mochila...”*. Minha

¹ nanimuller@yahoo.com.br; elaine@iphan.gov.br.

preocupação inicial era a “necessidade de distanciamento” de um “objeto” tão “próximo”.

Aos poucos fui me familiarizando com o local, com os grupos que o freqüentavam, compostos por jovens um pouco mais jovens do que eu, e quase me sentia aceita naquele ambiente – que não era um espaço em meu circuito de lazer. Um dia, eu passava pela praça de alimentação, observando uma exposição de fotografias instalada em seu vão central, quando escuto: “*Tia, tia...*”. Continuei vendo as fotos. “*Tia, tia...*”. E eu percebi que era um grupo de meninos que eu havia entrevistado que estava me chamando.

Para uma estudante de graduação essa alteridade, assim estabelecida, não por minha parte, como eu considerava que fosse uma preocupação digna para uma aprendiz de cientista social, mas por parte de meus interlocutores, me soou um pouco constrangedora. Eu realmente não era assim tão parecida com eles. Boa parte do que eu havia pensado, problematizado e tentado contornar precisava ser repensado. A lição que ficou é, para além de aprender “o que é ser considerado um otário” no trabalho de campo (GEERTZ, 2001, p.38), que os sujeitos de nossas pesquisas são de fato sujeitos, e que assim como nós lidamos com categorias classificatórias a partir do diálogo que estabelecemos com eles, eles também elaboram suas categorias para nos classificar.

Em 2002, com vinte e três anos de idade e um pouco menos inocente quanto à experiência de trabalho de campo, mudei-me para Recife para fazer o mestrado. No ano seguinte, eu estava iniciando uma pesquisa com meninas freqüentadoras de shopping centers – uma forma de dar continuidade ao que havia feito em Florianópolis e de refletir sobre o porque das dificuldades em conseguir falar com as meninas naquele momento.

Desta vez não ouvi frases de efeito que resumiam minha condição de pesquisadora em campo. Mas tive um trabalho bastante turbulento e difícil, em que a proximidade que eu almejava alcançar nos espaços de lazer das meninas nunca se concretizava por completo. E os cinco ou sete anos de idade que nos diferenciavam pareciam criar um fosso entre nós, pois não eram apenas alguns anos de vida – de um lado, havia meninas que

articulavam prontamente um discurso do bom-comportamento para definir suas identidades e posicionamentos sociais; de outro, a pesquisadora se propondo a conhecer melhor estas identidades e comportamentos (sempre bem-comportados?). De um lado, jovens vestibulandas escolhendo o curso superior que irão seguir, buscando um namorado; de outro, a mestranda que co-habitava com o namorado (a adulta).

A experiência foi um grande aprendizado, e uma ótima oportunidade para refletir muitas questões – entre elas, se existiria alguma especificidade em se trabalhar com meninas de camadas médias urbanas, as chamadas “patricinhas”, já que eu não era a primeira antropóloga a falar da dificuldade de fazer um trabalho de campo com estas jovens². Mas, para além disso, o que ficou mais claro é que existe algo de peculiar ao se pensar em *idades* e em *ver* e *ser vista* numa *relação* (o trabalho de campo antropológico) em que *a idade é importante*.

Em 2003, com vinte e quatro anos de idade e ainda terminando a dissertação, comecei a elaborar o pré-projeto de tese de doutorado. Queria tratar da transição da juventude à adultez. A proximidade entre as questões que eu elaborava na minha vida íntima e no projeto se colocou desde o início – a situação “pré-conjugal”, a instabilidade profissional e a administração de uma vida autônoma e independente tem sido questões relevantes na vida não apenas de meus entrevistados, mas na minha própria. Também os “eventos” e as “expectativas” pelas quais tenho passado deste o início do doutorado parecem ser temas constantes na bibliografia de referência para minha tese: o casamento, o trabalho estável com um cargo público, os planos com relação à moradia... Isto tem se refletido no trabalho de campo, nas entrevistas às vezes em tom confessional ou de cumplicidade, na escolha dos interlocutores feita a partir de meu círculo social, no atraso da pesquisa para “ajeitar a vida” num contexto de mudanças.

E o que tem ficado cada vez mais claro, para mim, é que não apenas o trabalho de campo sobre idade ou curso da vida pode instituir

² Vide Pereira, 2003.

relações em que a idade importa, como também a idade do/a pesquisador/a é importante para a leitura que ele/a faz de seu objeto.

Neste trabalho, busco ampliar uma discussão sobre as relações entre “categorias primeiras de classificação” como gênero e idade, que já venho tentando fazer em outras oportunidades³. Aqui, não perco de vista o que idade e gênero têm de diferentes – se pensarmos que as identidades etárias estão, necessariamente, em constante processo de mudança no curso de vida (com o crescimento, amadurecimento e envelhecimento dos indivíduos). Mas o que busco é uma leitura das idades da vida como sendo relacionais e em constante negociação, e neste sentido, guardando uma estreita aproximação com a forma como entendemos gênero.

A noção de gênero enquanto relacional já foi amplamente absorvida na literatura das ciências sociais, implicando, metodologicamente, numa constante reflexão sobre o lugar de onde falam o/as interlocutores/as e os/as pesquisadores/as. Também se discute e se tem noção de que alguns temas apresentam mais, e mais claramente, a influência do gênero de pesquisador/a e interlocutor/a no trabalho: é o caso de pesquisas sobre sexualidades e práticas sexuais, ou espaços de sociabilidade femininos e masculinos, enfim, as pesquisas das chamadas “questões de gênero”.

A mesma difusão, no entanto, ainda não tem sido alcançada pelos estudos das idades da vida. Os/as pesquisadores/as têm falado, por exemplo, sobre juventudes sem se preocupar com a sua condição etária e com a forma como ela pode estar presente na leitura dada a seu objeto de pesquisa.

Defendo a necessidade de nós pesquisadores/as estarmos refletindo, teoricamente, sobre o alcance de nossas categorias explicativas e também suas implicações mais práticas. Neste sentido é que podemos afirmar que o olhar e o tratamento que damos aos nossos objetos de investigação, mais do que os iluminá-los ou esclarecê-los, ajudam a construí-los, num processo que não pode ser tomado com sendo neutro ou imparcial (MÜLLER, 2005).

³ Cf. Müller, 2002; 2004; 2004a; 2005.

Um pouco de teoria

Que as idades são *construções sociais* parece não haver grandes discordâncias nos trabalhos antropológicos. Em geral, fala-se da forma como o ser humano cria significados sobre informações “naturais”, ou particularidades biológicas como a diferenciação entre os sexos e o tempo de vida. Neste sentido, é como se fôssemos herdeiros de uma tradição inaugurada por Margaret Mead, com seu pioneiro trabalho em Samoa, no qual relativiza a juventude como um período *natural* de turbulência e conflito.

Também se aceita amplamente que estas particularidades são manipuladas como *critérios classificatórios*, ou seja, os *status*, posições dos indivíduos no mundo social estão relacionadas com a sua idade e seu sexo. Trata-se, portanto, de categorias primeiras de classificação, as mais essenciais, as mais imediatas, e que serviriam como uma espécie de base para diversas produções humanas.

Se os indivíduos são vistos de formas variadas de acordo com sua idade e seu sexo (e gênero), podemos deduzir que relações entre diferentes idades e gêneros podem ser *relações de poder, de luta, e de negociação* – elementos que dizem respeito ao conteúdo das relações interpessoais, fazendo da *idade uma categoria relacional*. Somos sempre o jovem de alguém, disse Bourdieu (1983).

Um outro pressuposto tem ainda norteado os trabalhos antropológicos sobre certas idades da vida: o da *pluralidade* de formas de se vivenciar as diferentes fases do curso da vida. Assim, falamos em *juventudes*, por saber que não há muitas coisas em comum entre um jovem índio, um agricultor, um filho de um banqueiro ou um morador afro-descendente de uma favela além de suas idades, pelo menos não a *princípio*. Também falamos em uma antropologia da criança, e não da infância, por considerar que a infância em si é uma forma particular de se vivenciar os primeiros anos de vida, uma invenção ocidental, datada (COHN, 2005).

Em outras palavras, não é o fato de indivíduos que habitam mundos sociais completamente diferentes terem a mesma idade que fará com que eles façam parte de um mesmo grupo. Existem muitas outras construções sociais e categorias classificatórias importantes, como classe, etnia ou cor, implicando nas identidades individuais e coletivas.

Há, portanto, de se considerar o contexto. Quando falo de jovens, de que jovens mesmo estou falando⁴? Daqueles com “direito à adolescência” ou dos sem este privilégio⁵? De jovens urbanos, rurais, de cidades pequenas? Meninos ou meninas? Como eles/as se vêem (ou não) enquanto jovens?

Quando analisamos a bibliografia sobre juventude, por exemplo, percebemos como a leitura dada às manifestações juvenis foi mudando de ótica com o tempo, a partir de diferentes referenciais teóricos. Os jovens agentes sociais, sujeitos de direito, são bastante diferentes daqueles descritos nos trabalhos sobre socialização. A idéia de que as idades são relacionais e, portanto, negociadas não aparecia de forma tão clara e tão amplamente assumida quando os trabalhos estavam pautados em idéias como cultura juvenil ou subculturas⁶ – como se se tratassem de mundos apartados, o dos jovens e o dos adultos; como se cada idade tivesse uma cultura, própria e exclusiva.

Se formos ainda refletir sobre “crises de idade” e “idades de crise” a partir da produção acadêmica ou dos manuais de auto-ajuda, perceberemos que diferentes autores delimitam diferentes épocas do curso da vida como sendo os mais potencialmente problemáticos.

Há aqueles centrados nas *crises das transições*: as jornalistas Alexandra Robbins e Abby Wilner (2004) falam da crise dos vinte e cinco, uma crise de identidade em que os jovens precisam definir o que são e o que querem de suas vidas. Gail Sheehy (1991) afirma que a vida adulta é

⁴ Trabalho aqui com alguns exemplos dos estudos de juventude, por serem os que tenho feito. Mas imagino que os estudos sobre outras idades da vida têm seguido pressupostos semelhantes. Vide Debert, 2004; Cohn, 2005.

⁵ Bourdieu (1983) distingue pelo menos estas duas formas de se ser jovem.

⁶ Cf. Müller, 2002a; 2004b.

construída por uma série de passagens, nas quais percebemos mudanças no modo como nos sentimos com relação a nossa maneira de viver – e que, portanto, desencadeariam também suas crises.

Têm-se ainda os que falam das *crises da idade adulta*: para Jean-Pierre Boutinet o adulto é ameaçado de uma dupla precariedade: uma juventude interminável de um lado, a aposentadoria precoce de outro. Isso porque o mundo assiste à liberação precoce dos indivíduos da situação infantil e adolescente (com a diminuição da maioridade cívica, por exemplo), e, ao mesmo tempo, a uma infantilização da vida adulta (DEBERT, 2004). Maria Rita Kehl (2004) fala de uma “teenagização da cultura ocidental”, em “uma sociedade em que ninguém quer ocupar o lugar de adulto, cuja principal função é ser representante da lei diante das novas gerações” (p. 96).

E há ainda os trabalhos que repetem o quanto a *juventude é uma idade ambígua*: para Cynthia Sarti (2004), é o jovem quem não tem um lugar definido em nossa sociedade.

“ Sem configurar claramente um momento ritualizado de passagem, o período da adolescência, ou juventude, em nossa sociedade não corresponde a nenhum lugar definido. Na ausência de rituais que instituem esse momento como uma preparação para uma nova posição social, legitimando o estado de liminaridade e de transição, o jovem vive seu lugar como o da contestação, como um ‘outro’ lado, em contraposição ao mundo adulto.

Ele é um não-mais-criança e um não-adulto e, freqüentemente, considerado um problema para o mundo adulto, o ‘aborrecente’.

(...)

Aos jovens se atribuem as situações que configuram problema para a família; eximindo o mundo adulto de nelas se incluir.”

(SARTI, 2004, pp. 124-5).

Esta visão, aliás, parece ter norteado toda a produção sobre juventude durante muitos anos, e agora começa a ser mais veemente bombardeada com a adoção das abordagens relacionais das idades, que apresentei acima.

É claro que o indivíduo está propenso a crises de idade em diversos momentos de sua existência. É claro que cada idade tem seu aspecto de ambigüidade, de contradição, gerador de angústias. Mas é interessante perceber a forma como estes aspectos são levados nas elucubrações de diferentes autores, a um ponto em que é difícil precisar o que é pior, ou mais problemático: ser jovem ou ser adulto? São os jovens que não têm um lugar definido ou são os adultos que não querem ocupar o seu lugar? Não temos um consenso, e será que esta falta explícita de consensos não sugere algo – que a idade pode representar um campo aberto para a subjetividade, um espaço onde as interpretações sugeridas pelos/as pesquisadores/as trazem com impetuosidade a sua bagagem pessoal (e/ou seus anos vividos)?

No “ campo ”

“ (...) Qual a melhor maneira de a observar (a vida quotidiana) senão no ‘sítio’? Decidi, portanto, recorrer a métodos e técnicas de investigação de natureza etnográfica que me permitissem o maior acercamento possível à realidade que pretendia investigar – a dos jovens e das suas relações mais imediatas e regulares, a dos seus contextos individuais, a dos seus percursos e trajectórias, enfim, a dos seus próprios caminhos.

No entanto, este acercamento ao real não foi isento de dificuldades, a começar pelo facto de eu próprio já não ser um jovem. Mesmo tendo tido o cuidado de me rodear de uma equipa de jovens colaboradores que me acompanharam ao trabalho de campo, há meandros do quotidiano dos jovens a que não tive acesso. Há experiências de vida que são intransferíveis. As teorias, sim, são transferíveis ou transmissíveis; as experiências da vida, não.

Todavia, nunca desisti de tentar o acercamento possível à vida dos jovens, aos seus caminhos e terrenos, ao sentido da sua existência, ao significado da sua linguagem ordinária, retóricas de comportamento incluídas.

Tentar apanhar o sentido da linguagem ordinária significa tentar captar os significados da vida corrente sem os reduzir apressada ou grosseiramente a categorias científicas rígidas, previamente definidas. Os sinais da linguagem são também sensíveis, operam sobre os sentidos. Da mesma forma que o perfume transmite uma informação que é inseparável da sensação, também a linguagem comum – se a queremos tomar como informação, matéria-prima do conhecimento no seu estado mais ‘bruto’, isto é, mais ‘puro’ – tem de ser ‘cheirada’, percebida no quadro de uma lógica sensível. Porque abstraccionista – e sendo a abstracção vizinha da insensibilidade –, conhecimento científico, como por vezes é tomado, tem dificuldade em entender, em cheirar as linguagens sensíveis da vida quotidiana, muito embora estas estejam cada vez mais a ser integradas na explicação científica como matéria informante, como algo que possui um significado, de uma ou outra forma explicável ou explicatório.

É possível chegar a um perfeito entendimento sensível dessas linguagens comuns que, de certa forma, nos são exteriores? Creio que não. As tentativas de imersão etnográfica nos meios sociais que pesquisei não passam disso, de tentativas, apenas relativamente conseguidas. Senti-me sempre um transeunte, isto é, a vista que deitei aos jovens foi sempre uma vista do ‘exterior’, que é afinal a vista que pode tomar um transeunte. Conforme segue o seu caminho, o transeunte olha de soslaio, a um e outro lado, e vê o que vê com a perspectiva e com os reflexos de suas preocupações consolidadas, a partir dos seus pontos de vista – diferentes dos da paisagem humana que observa.

Os ganhos que podemos obter de incursões etnográficas são ganhos de jogo, de um jogo de ‘faz de conta’: faz de conta que deixamos transitoriamente de ser transeuntes e passamos a ser paisagem. Joguei a este jogo (...).”

(PAIS, 1993, pp. 15-16).

Quando fiz a pesquisa de campo para a dissertação de mestrado, busquei justamente o “acercamento do cotidiano” de que fala Pais. Queria acompanhar aquelas meninas em seus espaços de lazer – a praia, a boate,

as festas – a partir do contato inicial que eu estabelecia no shopping center. Na metodologia do projeto, estavam previstas atividades como a observação e participação nestes espaços de lazer e as conversas como formas de coleta de informações.

Desde o início esta metodologia precisou ser revista. Conversar com certeza era a melhor forma de obter informações, mas existiam diferentes conversas: as conversas que elas estavam dispostas a ter comigo, ou na minha presença, as que estabeleciam nos seus grupos de amigos e as conversas só entre amigas, sem os meninos.

Passei então a entrevistas pouco estruturadas, informais – e até aí tudo bem. O problema era conseguir chegar àqueles cotidianos, conseguir que a relação que eu estabelecia incorporasse este tipo de proximidade. Fiz então alguns diários, para que elas anotassem coisas sobre sua rotina, e trabalharia com esse material. Os diários foram muito elogiados – estavam “lindos”, eram uma ótima idéia, elas gostavam mesmo de escrever, etc., mas quando comecei a tentar recolhê-los, as dificuldades se intensificaram: as meninas não atendiam as minhas ligações, me davam “bolos” nos encontros; enfim, dos doze diários entregues, só um foi devolvido.

Passei a fazer entrevistas no shopping, já sem tempo para um contato mais aprofundado. Foi a parte mais tranqüila do trabalho de campo – talvez porque então se tratasse de uma relação que desde o início estava clara: eu pedia licença para entrevistá-las, não para participar de suas vidas.

De volta ao trabalho mais solitário do/a antropólogo/a, precisei refletir com mais minúcia sobre o que se passara. Pensei em nossa relação de reciprocidade: afinal, o trabalho de campo é, além de um encontro, uma *relação de reciprocidade* — uma troca entre informantes-interlocutores/as e antropólogo/a. Nem sempre essa troca é explícita (o/a pesquisador/a que leva miçangas ou tabaco as/os nativas/os em troca de informações), e pode estar sendo estabelecida na ordem nas expectativas, na forma de algum tipo de vantagem, *status* ou empoderamento. Geertz (2001), pensando sobre o trabalho de campo em países novos, reflete sobre essa relação de troca. Para o autor, muitas vezes o informante vê o/a antropólogo/a como uma

vitrine de oportunidades, enquanto o/a segundo/a está muito mais apto/a para apontar problemas do que para pensar em soluções. Aí é que reside a *ironia antropológica*: antropólogo/a e informante vêem as coisas de modo diferente, e isso diz respeito ao conteúdo de sua relação. A ironia está na assimetria radical de opiniões sobre as verdadeiras chances do informante e do seu país, combinada com a concordância sobre o que elas deveriam ser.

Eu buscava nelas as informações que precisava para minha dissertação, mas o que tinha para dar em troca? Conforme Geertz,

“ pois, se o antropólogo é de fato essencialmente irrelevante para o destino dos informantes e movido por interesses que, salvo da forma mais indireta, não têm nada a ver com eles, com base em quê tem ele o direito de esperar que essas pessoas o aceitem e o ajudem? ”

(GEERTZ, 2001, p. 39).

Geertz se refere a pessoas necessitadas, que esperam melhorias em suas condições de vida, e para as quais o antropólogo representa o típico benfeitor capaz de trazer estas benfeitorias. Para o autor, esta deveria ser uma experiência portadora de modéstia e de elevação, mas na maior parte das vezes é simplesmente desorientadora. Eu estava lidando com meninas cujo “capital cultural” (falo do acesso à educação, à arte, a viagens, à informação) era muito superior ao meu. Eu provavelmente não tinha muito a oferecer a elas, e certamente não consegui ter a oportunidade de oferecer qualquer coisa. Não parecia haver ganho algum para elas em participar de uma pesquisa como a minha, seja ganhos concretos, seja algum tipo de expectativa (eu não mudaria suas vidas) ou *status* (seus *status* não dependiam de mim). Como se faz trabalho de campo sem troca?

Tratava-se de um contexto completamente diferente do esboçado por Geertz, mas eu me sentia voltando ao escambo, e com uma moeda inegociável (GEERTZ, 2001).

Ainda segundo Geertz (2001), existe uma *ficção* que está no coração da pesquisa de campo bem sucedida, através da qual é possível manter a sensação de que antropólogo/a e informantes são membros, ainda

que temporariamente, de modo incompleto e inseguro, de uma mesma comunidade moral. Talvez seja algo semelhante ao que Pais chama de “jogo de faz de conta” das incursões etnográficas. Em meu trabalho, essa ficção nunca chegou a se efetivar completamente. De certa forma, a transeunte não se transformou em paisagem – não da forma planejada.

Este ponto é bastante importante, e serve como âncora para a especificidade que acredito residir em pesquisas com juventudes urbanas como esta com a qual trabalhei, e talvez em pesquisas com outras idades ou fases do curso da vida. A princípio, parece que estamos lidando com um grupo em que esta *ficção* de que fala Geertz parece já dada — no meu caso, não éramos jovens mulheres de sociedades diferentes, mas vivíamos da mesma cidade grande do nordeste do Brasil. Mas havia algo bastante parecido com o que encontrei em Florianópolis: antropóloga e interlocutoras não compartilhavam de um mesmo “mundo social”, apesar de todas as semelhanças aparentes. Temos aqui alguns pontos para reflexão.

Um deles se refere à idade. Um/a pesquisador/a de idade madura que trabalha com outros indivíduos de idade madura provavelmente não irá sentir peso algum numa diferença de quatro ou cinco anos de idade. Todos fariam parte de uma mesma “geração” (noção que aplico aqui de forma bastante ampla).

Mas quando falamos de uma jovem de dezoito anos, que se prepara para prestar o vestibular, e uma de vinte e três, que faz sua dissertação de mestrado, a diferença de idade pode se colocar de forma abismal⁷. Eu poderia até ser jovem, mas não em relação a elas. Aqui, as classificações demográficas têm muito menos importância que o compartilhar de certas expectativas⁸ e experiências (e podemos fazer referência à clássica noção de geração elaborada por Mannheim, que inclui essa idéia de compartilhamento de experiências).

⁷ O que certamente pode ter sido intensificado quando as meninas, tentando saber mais ao meu respeito, me faziam perguntas e descobriam que eu morava com meu namorado. Eu passava então a ser vista por elas como uma “mulher casada”, e, portanto, com um *status* bem diferente do delas, o que aponta para a forma como a idade, enquanto categoria socialmente construída, está a todo o momento sendo articulada com gênero.

⁸ Pierre Bourdieu observa que o conflito de gerações é um conflito de aspirações (1997, p. 118)

Antropóloga e suas interlocutoras, portanto, vivenciavam diferentes fases de suas vidas, e isto já ficava evidente quando eu me apresentava a elas, dizendo que estava fazendo uma pesquisa, e mais ainda quando respondia às perguntas que elas me colocavam para saber um pouco mais sobre mim.

Um outro aspecto se refere a *poder*, e neste sentido está relacionado também à idade (que se constitui em relações de poder), mas a extrapola. O próprio *status* de pesquisadora pode se confundir com o *status* de adulto, fazendo com que a pesquisadora não seja aceita de forma integral no grupo estudado. Havia aqui uma peculiaridade interessante do grupo com o qual eu trabalhava: embora eu tenha procurado por meninas que me parecessem o mais “normais”⁹ o possível, que não parecessem se enquadrar em rótulos pré-definidos, como *punks*, *skatistas*, etc., com o desenrolar da pesquisa percebi que elas se intitulavam “patricinhas” e que compartilhavam de um discurso de bom-comportamento que situava a elas e aos outros jovens. Assim, eram jovens que não “ficavam” com qualquer menino no primeiro momento que o conhecia, nem “ficavam” com muitos meninos; meninas que não bebiam, não fumavam nem usavam drogas; que sabiam que existem formas adequadas de se vestir e se comportar em cada ambiente; e que, portanto, estabeleciam classificações, aproximações e distanciamentos de outros jovens a partir desta construção de bom-comportamento. Mas este discurso podia estar acompanhado (como de fato o parecia estar na maioria das vezes) ou não, de práticas exclusivamente bem-comportadas. Existiam, por exemplo, eventos como encontros na casa de uma das meninas, sem a presença de adultos ou de meninos, que talvez envolvessem o consumo de álcool, ou, no caso das meninas um pouco mais velhas, de certas drogas leves. Muitas delas admitiam ainda que tinham amigos que fumavam e bebiam, ou que elas próprias já haviam burlado os

⁹ É preciso destacar o uso de todas as “aspas” possíveis ao se empregar um termo como “normal” neste contexto. Estou me referindo à jovens que não pareciam, aparentemente, ter comportamentos e estilos “desviantes” ou “espetaculares”. Minha intenção era estudar as jovens que não têm sido estudadas, por não se colocarem como questionadoras ou transgressoras do *establishment*.

sistemas de segurança de boates para entrar nas festas para maiores de 18 anos.

A presença de uma pesquisadora em seus espaços de lazer, neste contexto, talvez fosse percebida pelas jovens – e eu não saberia dizer até que ponto e o quão conscientemente – como uma presença “questionadora”. Antes de tudo eu era uma pessoa adulta, talvez da mesma forma como os professores e pais delas.

Talvez eu estivesse ainda diante de uma especificidade de gênero. Segundo McRobbie e Garber (1996), enquanto a cultura dos meninos agrega outros meninos, a cultura das meninas exclui as pessoas indesejáveis:

“ [...] in boys' groups the emphasis is on masculine unity, in girls cliques the purpose is to shut out other girls ”

(JULES HENRY apud MCROBBIE e GARBER, 1996, p. 221).

E as autoras acrescentam:

“ we would add that girl culture, from our preliminary investigations, is so well insulated as to operate to effectively exclude not only other 'undesireble' girls – but also boys, adults, teachers and researchers. ”

(MCROBBIE e GARBER, 1996, p. 222 – grifos meus).

Portanto, trabalhar com jovens pode ser uma dificuldade não apenas para aqueles que não o são mais – como no caso de Pais. Se assumirmos que as juventudes são plurais, é preciso atentar que a proximidade de idade não constitui uma senha para a entrada no mundo daqueles que pesquisamos.

Há também questões mais “comportamentais”, ou de identidade, digamos assim. Uma jovem outro dia me falou sobre como acha que ajudou em sua pesquisa com *hoppers* o fato de ela “não ser uma patricinha”, de aceitar pegar três ônibus e um trem para chegar até os jovens. Talvez no meu caso “não ser uma patricinha” tenha sido um complicador.

Na pesquisa que faço atualmente, para minha tese de doutorado, a situação é bem diversa, mas também se colocam questões sobre a idade da

antropóloga em campo. Como expus acima, desta vez existe uma proximidade latente entre minha condição etária e a de meus/minhas interlocutores/as. Falo em condição etária no sentido não apenas do número de anos vividos (a idade cronológica), mas também toda a construção simbólica em torno dela (tudo o que transborda a idade cronológica, mas que se refere a ela).

Quando falamos num período de *transição*, como é o caso da passagem à idade adulta, em geral se trabalha com certos *eventos* – aqui, aqueles que instituem uma série de responsabilidades do tipo conjugal/familiar, domiciliar, financeira/profissional. No meu caso, tenho vivenciado, concomitantemente ao doutorado, alguns dos eventos cruciais para o que geralmente se define como vida adulta, na esfera familiar e profissional.

Mas tenho percebido até o momento que o mundo das *expectativas* tem um papel fundamental para a forma como os indivíduos se vêem com relação a sua idade. O que se esperava ser ou ter na idade que se tem hoje e a forma como isto se relaciona com o que se é ou se tem, e o que se espera para o futuro... parecem ter um papel “organizador” do curso da vida que não pode ser negligenciado.

A ampliação de uma abordagem de eventos para uma que englobe também as expectativas nos coloca ainda mais de frente com o que Pais chama de sinais “sensíveis”. Trata-se de uma realidade que não será alcançada encaixando-na a teorias, conceitos e modelos de análise pré-definidos. É claro que a delimitação de um objeto de pesquisa supõe sua construção teórica, ou seja, a elaboração de um referencial teórico e metodológico a partir do qual se esperam alcançar os objetivos definidos. Mas isto é algo diferente de conceber, *a priori*, o que deveríamos descobrir a com as pesquisas que fazemos com os sujeitos-interlocutores – perguntas, por exemplo, como o que é ser jovem? O que é ser adulto?¹⁰

¹⁰ Lenoir (1996) se pergunta, a propósito, se uma sociologia da velhice que tome como objeto uma população definida pela idade legal ou estado de envelhecimento não estaria aniquilando este objeto antecipadamente, já que considera resolvido justamente o que deve ser explicado.

“ Pontuações finais ”

O trabalho de campo antropológico parece ser de fato o campo onde se refletem as especificidades do “objeto”, dos pressupostos teórico-metodológicos articulados pelo/a pesquisador/a, e dos sujeitos desta relação (quem são eles, como são vistos e aceitos, suas bagagens e subjetividades).

Neste sentido, o trabalho de campo sobre *idades* parece refletir algumas questões que nos são colocadas pelas idades da vida.

1. O que foi acumulado desde os primeiros estudos sobre idades da vida forma um repertório variado de abordagens. Assumir uma ou outra destas abordagens significa ver a criança, o/a jovem, o/a adulto/a ou o/a idoso/a de forma mais ou menos articulada com as outras idades, com culturas mais ou menos compartilhadas, como indivíduo socializado ou como agente social. Não é difícil imaginar que a forma como percebemos nossos/as interlocutores/as se reflete na relação que estabelecemos com eles/as.
2. A condição etária de quem faz pesquisas com determinada idade se reflete diversamente no trabalho de campo, assim como o gênero importa mais ou menos de acordo com a pesquisa que é realizada. Ou seja, o *tema* que estudamos serve de mote e de norte para as relações que estabelecemos em campo. Talvez se nestas minhas três pesquisas eu estivesse perguntando coisas sobre hábitos de consumo ou gosto musical e não sobre como aqueles indivíduos vivenciam suas idades, teria estabelecido outras relações, com outro peso para minha idade e de meus/minhas interlocutores/as.
3. O resultado destas implicações da condição etária do/a antropólogo/a em campo, no entanto, é variada. Às vezes será um dificultador para o “acercamento” do cotidiano dos indivíduos, por conta do grande número de anos que separam as idades cronológicas (como aconteceu com Pais); ou por conta da grande diferenciação simbólica que se constrói na brecha de um pequeno intervalo de anos vividos (o

caso de minhas pesquisas feitas nos shoppings). Outras vezes será uma forma de enxergar determinadas questões de forma mais inclusiva, ou vivencial¹¹, como na pesquisa que faço agora em meu doutorado. Resultados da dimensão relacional das idades – mais do que algo dado, algo em constante negociação.

4. Quando falamos de pesquisas sobre idades, não temos consenso nas leituras feitas sobre o que cada uma representa com relação às outras. Nenhum problema com relação a isto, é sinal de que se trata de um campo fértil para ricos debates. Mas se assumirmos que a pesquisa com idades envolve algo do “mundo do sensível”, como se se tratasse de uma realidade que não pode ser submetida apenas às ferramentas lógicas da ciência, como sugere Pais (1993), podemos pensar que na falta de consenso podem estar refletidas diferentes intersubjetividades. Ou seja, quem é o/a pesquisador/a, o que já vivenciou em sua vida e carrega em seus ombros como sua bagagem está presente, de alguma forma, na leitura que faz de seus “objetos” (PAIS, 2003).
5. Por fim, por tudo isso, parece-me que nos estudos sobre idade e curso de vida a explicitação do lugar do pesquisador é especialmente importante. Não seria o momento de realmente aceitarmos a categoria *idade* (guardadas suas especificidades) como sendo tão relacional como *gênero*, e (tal como já acontece com esta última categoria) começarmos a explicitar também nossa condição etária em nossos trabalhos, na medida em que ela é um importante fator no estabelecimento de relações com nossos/as interlocutores/as?

¹¹ Talvez chegando-se perto de uma auto-antropologia...

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. As contradições da herança. In: LINS, Daniel S. (org.) **Cultura e subjetividade: saberes nômades**. Campinas: Papyrus, 1997.

_____. A juventude é apenas uma palavra. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. 1ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2004.

MACROBBIE, Angela e GARBER, Jenny. *Girls and subcultures*, In: HALL, Stuart e JEFFERSON, Tony (eds.) **Resistance through rituals: youth subcultures in post-war Britain**. London: Routledge, 1996.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (orgs.) **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2004, pp.89-114.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Rev. Brasileira de Ciências. Sociais. v.17, n.49. São Paulo, junho de 2002.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (org.) **Karl Mannheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

MÜLLER, Elaine. Trajetórias de transição... Uma possível leitura sobre a passagem da juventude à adultez. In: ALVIM, Rosilene; MÜLLER, Elaine; ALVES, Adjair (orgs.) **Jovens sujeitos: tematização e experiências**. (no prelo).

_____. “As palavras nunca voltam vazias”: reflexões sobre classificações etárias. In: ALVIM, Rosilene; QUEIROZ, Tereza; FERREIRA JR., Edísio (orgs.) **Jovens e Juventudes**. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2005.

_____. Juventude e algumas questões e relações de gênero. **Mneme – Revista de Humanidades**. ISSN 1518-3394, v. 5, n. 11 – jul./set. 2004. www.seol.com.br/mneme.

_____. **As patricinhas no mundo do shopping center**: um discurso e algumas práticas juvenis bem-comportadas. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, PPGA, 2004a.

_____. Novas juventudes, velhos conceitos. considerações sobre a noção de cultura juvenil. Trabalho apresentado VII Encontro de Ciências Sociais do CFCH/UFPE. Recife, 2004b.

_____. **Incorporando a noção de gênero no debate sobre juventude**. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero V. Florianópolis, 2002.

_____. “Confusões Obstinadas”: A noção de cultura e os estudos de juventude. Trabalho final da Disciplina História e teoria antropológica II. Recife: PPGA/UFPE, 2002a.

PAIS, José Machado. The multiple faces of the future in the labyrinth of life. **Journal of Youth Studies**. Vol. 6, nº 2, 2003.

_____. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PEREIRA, Cláudia da Silva. **As patricinhas da Zona Sul**: a adolescência nas camadas médias cariocas. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGSA, 2003.

ROBBINS, Alexandra; WILNER, Abby. **A crise dos 25: como lidar com os desafios da transição para a vida adulta**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

SARTI, Cynthia. O jovem na família: o outro necessário. In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (orgs.) **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2004, pp. 115-129.

SHEEHY, Gail. **Passagens: crises previsíveis da vida adulta**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Revista Mana** 8(1):113-148, 2002.